

Sant'Anna não defende mais inversão da pauta

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, afirmou que com os entendimentos que vêm sendo realizados para as votações no plenário da Constituinte, o processo está agilizado, o que pode tornar desnecessária a inversão da pauta. De qualquer forma, informou que continua realizando a pesquisa junto ao grupo que assinou a emenda Mathews Iensen, propondo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

A inversão da pauta — com a antecipação da votação do mandato presidencial e sistema de governo — “depende de conseguirmos 280 assinaturas, mas nós só proporemos se for possível”, afirmou o líder. Sant'Anna lembrou que a pesquisa, que consulta os parlamentares sobre o assunto, deveria estar concluída na última sexta-feira. Para ele, não ocorreram defecções no grupo que apóia os cinco anos e garantiu que a emenda será aprovada com ou sem inversão da pauta. De acordo com alguns levantamentos já realizados entre os parlamentares que assinaram a emenda Iensen, alguns defendem a inversão enquanto outros preferem a ordem natural das votações, artigo por artigo.

JUNÇÃO

O presidente Sarney está disposto a se empenhar para que a duração de seu mandato, a ser votada no final do trabalho Constituinte, quando da votação das

Disposições Transitórias, seja conectada com a votação do mandato para todos os presidentes, como norma geral, no capítulo IV da futura Constituição, que trata da organização do Estado.

A votação desse capítulo do texto permanentemente deverá ocorrer, segundo cálculos dos líderes na Constituinte, logo depois do carnaval. O Presidente pretende conversar com algumas lideranças importantes da Constituinte sobre a possibilidade de um entendimento, inclusive com o autor da idéia de conectar disposições transitórias com o texto permanente, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG).

DIFICULDADES

O Presidente já teve oportunidade de examinar com alguns políticos de seu círculo de amizade as possibilidades de um entendimento entre as lideranças partidárias na Constituinte para trazer a questão do mandato e do sistema de governo das Disposições Transitórias para votação junto com o texto permanente no capítulo IV que trata da organização do Estado.

Paralelamente, no PMDB, fala-se nas crescentes dificuldades que Sarney deverá enfrentar para manter incólume o bloco dos constituintes favoráveis ao mandato de cinco anos. Na cúpula do PMDB comenta-se que, nos últimos dias, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, passou a encarar como

uma fatalidade o crescimento do grupo de constituintes favoráveis ao mandato de quatro anos e à realização de eleições em 1988.

Em algumas conversas que teve com políticos a ele ligados, nas últimas horas, Ulysses mostrava-se preocupado com a deterioração da imagem pública do governo, argumentando que isso poderia funcionar como um verdadeiro rastilho de pólvora para assegurar a vitória do movimento pela eleição do novo presidente da República, este ano.

O presidente do PMDB não deseja naturalmente, segundo um dos seus amigos, ser surpreendido pela evolução dos acontecimentos. Esta é a razão porque está sempre indagando a respeito das tendências nas diversas correntes que compõem o PMDB, interessado em conhecer principalmente a posição dos diferentes governadores.

Ele tomou a iniciativa de ligar para o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), 1º vice-presidente da Constituinte e seu amigo, para saber se tem procedência o rumor de que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, já mudou para os quatro anos de mandato, por influência do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, a quem está ligado, e por se queixar de que sua administração não recebe do governo federal a ajuda de que necessita. Mauro Benevides não disse que sim e nem que não.

Parlamentarismo cresce e Maciel ameaça reagir

Convencido de que seria aprovado o sistema parlamentarista se a Constituinte já estivesse apreciando o sistema de governo, o senador Marco Maciel (PFL-PE) convocou para hoje, às 11h, uma reunião dos presidencialistas para começar logo a contra-ofensiva.

Os parlamentaristas tiveram um longo encontro ontem, pela manhã, e chegaram à conclusão de que têm maioria absoluta na Constituinte, mas a consideraram muito escassa. Eles acreditam que se aumentar a tendência para redução do mandato do presidente Sarney, o próprio governo fará um acordo.

Os parlamentaristas decidiram que o documento básico do grupo será a emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), apresentada com 341 assinaturas, das quais 60 são apenas de apoio, sem compromisso de voto. Isso daria um total de 281 comprometidos com a mudança de sistema de governo, o que garantiria sua aprovação. Além do que, alguns parlamentaristas declarados, como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), não a assinaram.

De acordo com essa proposta, o presidente é o chefe de Estado, o árbitro do governo e o comandante supremo das Forças Armadas. O presidente é eleito em votação direta, universal, e seu mandato será de cinco anos. Ele perde as funções de governo, conservando, porém, as de chefe de Estado. Em caso excepcional, ouvido o Conselho de Estado, poderá demitir o governo, comunicando suas razões à Câmara e indicando candidato ao cargo de primeiro-ministro. Entre as suas atribuições está a de dissolver a Câmara, nos casos previstos.

Egidio Ferreira Lima cria o Conselho de Estado, órgão de consulta, composto do presidente da Câmara, do Senado, primeiro-ministro, líderes da maioria e minoria no Senado e na Câmara. Integram-no, também, dois cidadãos nomeados pelo presidente, dois eleitos pela Câmara e dois pelo Senado. O Conselho pronunciar-se-á sobre: dissolução da Câmara, no-

meação e demissão do primeiro-ministro, intervenção federal em estados e municípios e assuntos relevantes para estabilidade das instituições democráticas. Fica criado, também, o Conselho de Defesa Nacional.

O governo é composto do Conselho de Ministros, que são responsáveis coletivamente e individualmente pelos atos de seu ministério. Estes terão um secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso de títulos e provas. O Conselho

exercerá o controle da administração.

O cargo de primeiro-ministro é privativo de membro do Congresso, maior de 35 anos. O governo cessa com o início da legislatura, a moção de censura ou a não aprovação do voto de confiança e pela demissão, morte, renúncia ou impedimento do primeiro-ministro. O governo cessante continua até a posse do sucessor. Caberá à Câmara a aprovação do primeiro-ministro, mas ela pode ser dissolvida após três rejeições.

PERSPECTIVAS

Os parlamentaristas estão convictos de que a possibilidade de mudança do sistema de governo é cada vez maior. Na análise de ontem verificou-se que há, na Assembléia Nacional Constituinte, a consciência de que é iminente uma grave crise político-social, capaz de comprometer a estabilidade das instituições. O parlamentarismo evitaria, por suas características, a explosão das crises.

Não houve, porém, um acordo sobre a conveniência de o grupo apoiar quatro ou cinco anos para o presidente José Sarney. A maioria entende que após o Carnaval, quando ficar nítida a tendência por quatro anos, o próprio governo procurará os parlamentaristas para fazer um acordo. Nesse caso, Sarney ficaria até o fim do ano com todos os poderes, mas o parlamentarismo seria implantado em 89, concretizando-se o período de transição.

Não impressiona aos parlamentaristas o fato de a emenda presidencialista ter conseguido 323 assinaturas. Eles frisam que há divergências entre os presidencialistas, uns querendo sistema mais abrangido, como o senador Marco Maciel, enquanto outros preferem a fórmula atual.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), espera contar na reunião de hoje com os presidencialistas mais notórios do Congresso, como deputado José Lourenço (PFL-BA), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Fusão abusa de assinaturas

Surpreendido com a inclusão de sua assinatura entre as que apoiaram a emenda presidencialista, quando sempre pertenceu ao grupo parlamentarista, o deputado Antonio Gaspar (PMDB-MA) revelou ontem que poderá contestar no plenário a iniciativa de quatro constituintes em fundir o texto de emendas e, junto, as assinaturas. Esse fato surgiu durante reunião do grupo parlamentarista, na qual também os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso se uniram a Gaspar contra a fusão de assinaturas.

Segundo Gaspar, atendendo pedido de um conterrâneo, o senador Edison Lobão, ele concordou em assinar a emenda pelos cinco anos de mandato do presidente José Sarney, mas, na mesma hora, obteve dele o compromisso de que seu nome não figuraria em nenhuma emenda presidencialista. Agora, descobriu que sua assinatura foi transplantada para a emenda, que chama de “um monstro”, de autoria de Lobão e mais Humberto Lucena, Theodoro Mendes e Vivaldo Barbosa.

A fusão permitiu alcançar as 280 assinaturas para dar prioridade na votação da emenda presidencialista.